
Microfilme em Bibliotecas e Arquivos Portugueses Ponto da Situação

MARIA DE FÁTIMA FARIA

Instituto Português de Arquivos

O MICROFILME é um meio de difundir e reproduzir informação de forma fácil e pouco onerosa. Em Portugal este meio não está a ser correctamente utilizado.

A preservação de um livro raro ou de um documento de arquivo não tem preço. No entanto, é fundamental determinar o custo de um fotograma produzido a partir de documentação de biblioteca ou de arquivo.

Se compararmos os nossos preços com os praticados em instituições do mesmo tipo noutros países verificamos com surpresa que um fotograma é mais caro em Portugal que noutros países da Europa.

Se em Portugal a mão-de-obra é considerada barata quando comparada com a de outros países da Europa, teremos então de justificar o alto preço do microfilme pela baixa

produtividade bem como pelo preço dos consumíveis entre nós.

A política de conservação do património documental e dentro desta, as medidas de conservação preventivas ou de preservação exigem procedimentos que se desenvolvem lentamente, que intervêm sobretudo ao nível das infraestruturas e que por essa razão não são imediatamente perceptíveis quer para o grande público quer para os responsáveis pela condução da política da instituição e dos recursos da mesma. Não obstante, torna-se cada dia mais necessário afirmar a necessidade de implementar este tipo de medidas que têm no microfilme um dos seus instrumentos.

A tecnologia do microfilme conta com muitas dezenas de anos de análise e melhoria de processos de investigação, racionalização e nor-

malização internacional, juntando a todas estas características de estabilidade a possibilidade de adequação a novas tecnologias.

O microfilme é um meio de difundir e reproduzir informação de forma fácil e pouco onerosa. Em Portugal este meio não está a ser correctamente utilizado.

Um dos factores que importa ter em conta, quando é necessário efectuar a escolha de tecnologia de apoio a uma política de preservação nas instituições de âmbito cultural, é o factor custo, e sobretudo a relação entre o custo e o benefício, embora este último seja difícil de calcular.

Para fazer o ponto da situação sobre o papel que o microfilme desempenha nas bibliotecas e arquivos portugueses haveria antes que fazer um levantamento rigoroso das infraestruturas existentes nesta área bem como dos recursos humanos e financeiros a ela afectados. Um levantamento deste tipo poderá vir a traduzir-se num Directório de Serviços de Microfilme em arquivos e bibliotecas portuguesas.

Os Directórios, instrumentos de referência preciosos para localizar, informar e pôr em contacto instituições e serviços com interesses comuns, não abundam em Portugal e os que existem dedicam-se a áreas do conhecimento consideradas de

«ponta», não contemplando por isso as bibliotecas e os arquivos.

Neste sentido a planificação e elaboração desse meio de análise será um trabalho a considerar, quando num futuro, que esperamos breve, voltarmos a abordar estas questões.

As instituições culturais como as bibliotecas e arquivos não têm uma tradição de produção de microfilme, de forma sistemática e contínua e não fazem investimentos regulares em equipamentos. No entanto são as instituições culturais aquelas que, face ao mercado nacional de microfilme, representam o potencial cliente de equipamentos de 35 mm.

A preservação de um livro raro ou de um documento de arquivo não tem preço. No entanto, é fundamental determinar o custo de um fotograma produzido a partir de documentação de biblioteca ou de arquivo.

Os equipamentos de 35 mm, nomeadamente as câmaras, têm características técnicas que exigem um grande investimento no trabalho do operador. São câmaras planetárias, o que significa que o manuseamento da documentação é feita manualmente, documento a documento.

Numa câmara planetária de 35 mm a metodologia do trabalho tem em vista a obtenção de valores rigorosos para padrões normalizados. As ca-

racterísticas dos documentos exigem que, por razões de dimensão, formato, mancha gráfica e sobretudo estado de conservação, haja um trabalho prévio de preparação documental.

Torna-se cada dia mais necessário afirmar a necessidade de implementar este tipo de medidas que têm no microfilme um dos seus instrumentos.

A preparação documental é uma fase imprescindível no processo de microfilmagem que pode muitas vezes ter que recorrer a trabalhos de conservação com vista à consolidação dos suportes. Este trabalho deverá ser contabilizado nos orçamentos de microfilmagem.

Por outro lado, e de uma forma geral, a documentação que em Portugal é objecto de microfilmagem sistemática apresenta características completamente diferentes das acima referidas.

Trata-se de documentação de arquivo corrente, com formatos *standard*, mecanografada, com uma mancha gráfica normalizada e em bom estado de conservação. Tendo em conta as características da documentação e o fim a que o microfilme se destina — substituir, por razões de eliminação, documentação com prazos de conservação temporários, ou por razões de referência — o formato utilizado é o 16 mm.

São as grandes empresas, os bancos, as companhias seguradoras, etc. os «clientes» do mercado do microfilme de 16 mm. Esta situação não é particular a Portugal. É assim em todo o mundo.

As grandes marcas de microfilme, respondendo à lei do mercado, investem obviamente no melhor mercado tentando que os equipamentos respondam de forma sofisticada às mais simples exigências, sendo este princípio válido também para os consumíveis de 16 mm e da microficha.

O mercado de 35 mm é considerado por esta razão um mercado pouco dinâmico onde a relação entre a oferta e a procura raras vezes se articula, certamente por ter um cariz mais técnico que comercial.

A preparação documental é uma fase imprescindível no processo de microfilmagem que pode muitas vezes ter que recorrer a trabalhos de conservação com vista à consolidação dos suportes. Este trabalho deverá ser contabilizado nos orçamentos de microfilmagem.

Em Portugal esta situação faz com que a oferta para equipamentos e consumíveis de 35 mm se reduza às respostas a pedidos pontuais desta ou daquela instituição. Não havendo lugar à constituição de *stocks*. Esta situação especialmente no caso dos

consumíveis, vai reflectir-se nos preços.

As bibliotecas e arquivos investem pouco na área do microfilme, o que não alicia a oferta, não proporciona os melhores preços e dificultando juntamente com outros factores já referidos, a rentabilização do trabalho.

A par disto, o nível de execução técnica de microfilme em bibliotecas e arquivos nem sempre foi o melhor, o que faz com que o destinatário final do microfilme produzido nas nossas instituições, o investigador ou mais genericamente o utilizador, não gostem de microfilme.

A aplicação rigorosa e sistemática de um largo conjunto de normas ISO, vem dar credibilidade ao microfilme executado nas bibliotecas e arquivos, permitindo dessa forma a compatibilização e a possibilidade de transferência de informação. Tomemos

O nível de execução técnica de microfilme em bibliotecas e arquivos nem sempre foi o melhor, o que faz com que o destinatário final do microfilme produzido nas nossas instituições, o investigador ou mais genericamente o utilizador, não gostem de microfilme.

como exemplo a questão das reduções utilizadas na tomada de imagem e que variam tantas vezes por puro arbítrio, impedindo que o

utilizador leia e/ou reproduza num mesmo leitor, os microfilmes que adquire em diferentes instituições.

A formação de técnicos de microfilme é para além de uma necessidade, a possibilidade de normalizar procedimentos entre as instituições.

Equacionadas todas as questões que determinam o desenvolvimento da utilização do microfilme na área das bibliotecas e dos arquivos será agora tempo de propor algumas formas de resolver os problemas.

A formação de técnicos de microfilme é para além de uma necessidade, a possibilidade de normalizar procedimentos entre as instituições.

O respeito pelas normas de execução e controlo de qualidade dos microfilmes, em todas suas fases de produção, desde a determinação das prioridades de microfilmagem até ao correcto acondicionamento dos negativos de câmara, passando pelas formas de difusão do microfilme, vai permitir a obtenção de um bom produto.

O conhecimento e discussão da aplicação destas normas deverá ser feito em conjunto pelas instituições que neste momento levam a cabo programas de microfilmagem.

A aquisição de equipamentos deverá realizar-se com base na experiência, nos testes eventualmente executados e nos resultados obtidos

O respeito pelas normas de execução e controlo de qualidade dos microfilmes, em todas suas fases de produção, desde a determinação das prioridades de microfilmagem até ao correcto acondicionamento dos negativos de camara, passando pelas formas de difusão do microfilme, vai permitir a obtenção de um bom produto.

por outras instituições cujos objectivos são comuns aos nossos.

Fazer «bom» microfilme é o objectivo do qual partiremos para alcançar a curto prazo os fins que nos propomos: ter como auxiliar da política de preservação um instrumento que permita difundir e conservar o património das bibliotecas e arquivos portugueses, pelo qual somos sem dúvida, os maiores responsáveis.

